



Ministério
Público
f.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

Processo n.: 738400
Natureza: Tomada de Contas Especial
Jurisdicionados: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais-
SETOP/MG e Município de São João do Pacuí

À Coordenadoria de Débito e Multa,

Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais – SETOP/MG, com objetivo de apurar fatos, identificar responsáveis e quantificar o dano ao erário em decorrência da ausência de prestação de contas e da verificação de indícios da incorreta aplicação dos recursos repassados pela SETOP/MG ao município de São João do Pacuí mediante o Convênio n. 212/2004.

Consoante Acórdão prolatado na Sessão da Segunda Câmara de 17/07/2014 (f. 245), os conselheiros constataram irregularidades e determinaram a restituição ao erário estadual do valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e aplicaram multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao Sr. Geraldo Magela Alencar Gomes, ordenador de despesas e Prefeito Municipal à época.

A referida decisão transitou em julgado em 19/02/2015, conforme f. 248.

Em face da ausência de recolhimento voluntário, foram emitidas as Certidões de Débito n. 181/2016 e 182/2016 (f. 255/259), com atualização monetária do *quantum debeatur*. Os autos, em seguida, foram encaminhados ao Ministério Público de Contas, para adoção das medidas cabíveis nos termos do art. 32 da Lei Complementar Estadual n. 102/2008.

Destarte, considerando a realização do devido monitoramento remoto das execuções por meio dos ACOMPANHAMENTOS CAMP n. 738400M876 e n. 7384400RE537 e, encaminham-se os autos à Coordenadoria de Débito e Multa, para os fins dispostos no art. 10, I, e II e art. 12, I e II, da Resolução n. 13/2013, e seu posterior arquivamento.

Belo Horizonte, 06 de maio de 2016.

Mônica de Almeida Fonseca Santos

Coordenadora de Acompanhamento das Ações do Ministério Público de Contas ¹
(Documento assinado digitalmente disponível no SGAP)

¹ Portaria n. 08/2015, do Ministério Público de Contas, publicada no DOC de 11/09/2015.